

Adami S/A. - Madeiras

**Informações contábeis
intermediárias em 30 de junho de
2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800, Fax +55 (47) 3205-7815
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Adami S/A. - Madeiras
Caçador - SC

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Adami S/A. - Madeiras “Companhia” em 30 de junho de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil.

Joinville, 11 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marcelo Lima Tonini', written over a faint circular stamp or watermark.

Marcelo Lima Tonini
Contador CRC PR-045569/O-4 T-SC

Adami S/A. - Madeiras

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.886	112.527	Fornecedores		35.848	35.585
Aplicações financeiras	6	40.984	39.576	Empréstimos e financiamentos	15	126.508	75.976
Contas a receber de clientes	7	115.347	87.586	Debêntures	16	83.328	30.431
Estoques	8	57.956	56.924	Salários e encargos sociais		14.838	13.066
Impostos a recuperar	9	32.325	39.595	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		2.167	2.931
Ativos biológicos	10	29.909	29.909	Adiantamento de clientes		1.135	2.009
Instrumentos financeiros derivativos	23.j	-	193	Impostos e contribuições à recolher		4.538	4.484
Outras contas a receber		6.490	5.439	Instrumentos financeiros derivativos	23.j	-	27.642
		<u>296.897</u>	<u>371.749</u>	Outras contas a pagar		<u>13.608</u>	<u>13.577</u>
						281.970	205.701
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	9	24.328	21.861	Empréstimos e financiamentos	15	175.966	244.860
Depósitos judiciais	11	8.218	7.089	Debêntures	16	-	68.030
Dividendos a receber		-	1.832	Impostos e contribuições à recolher		1.447	349
Outras contas a receber		5.808	5.808	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	120.705	121.765
Mútuo com partes relacionadas	17.b	6.195	650	Provisão para contingências	11	<u>2.263</u>	<u>2.263</u>
Investimentos	13	32.519	34.576			300.381	437.267
Imobilizado	14	446.442	447.620				
Ativos biológicos	10	<u>195.517</u>	<u>192.186</u>				
		719.027	711.622	Patrimônio líquido			
				Capital social	18	100.000	100.000
				Ajustes de avaliação patrimonial		176.952	177.361
				Reservas de lucros		<u>156.621</u>	<u>163.042</u>
						433.573	440.403
Total do ativo		<u>1.015.924</u>	<u>1.083.371</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.015.924</u>	<u>1.083.371</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Adami S/A. - Madeiras

Demonstrações de resultados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2017	30/06/2016
Receita operacional líquida	19	387.530	311.158
Custo dos produtos vendidos	20	<u>(305.739)</u>	<u>(231.229)</u>
Lucro bruto		81.791	79.929
Outras (despesas) receitas operacionais			
Vendas	20	(39.807)	(41.209)
Administrativas	20	(19.189)	(18.576)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(1.755)	5.980
Outras receitas e despesas operacionais	21	<u>485</u>	<u>17.285</u>
Lucro antes do resultado financeiro		21.525	43.409
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	22.310	63.621
Despesas financeiras	22	<u>(45.906)</u>	<u>(92.947)</u>
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.071)	14.083
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	-	(20.756)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	<u>1.060</u>	<u>18.283</u>
Resultado do período		<u><u>(1.011)</u></u>	<u><u>11.610</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Adami S/A. - Madeiras

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Resultado do período	(1.011)	11.610
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>(1.011)</u></u>	<u><u>11.610</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Adami S/A. - Madeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido
			Legal	Retenção	Lucros a realizar	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	100.000	182.486	10.167	63.528	84.985	-	441.166
Realização do custo atribuído líquido de tributos	-	(505)	-	-	-	505	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Resultado do período	-	-	-	-	-	11.610	11.610
Saldos em 30 de junho de 2016	100.000	181.981	10.167	63.528	84.985	12.103	452.764
Saldos em 31 de dezembro de 2016	100.000	177.361	10.759	64.797	87.486	-	440.403
Distribuição de dividendos	-	-	-	(2.600)	-	-	(2.600)
Realização do custo atribuído líquido de tributos	-	(409)	-	-	-	409	-
Juros sobre o capital próprio	18.c	-	-	-	-	(3.219)	3.219
Resultado do período	-	-	-	-	-	(1.011)	(1.011)
Saldos em 30 de junho de 2017	100.000	176.952	10.759	62.197	87.486	(3.821)	433.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Adami S/A. - Madeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(1.011)	11.610
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	12.396	13.755
Exaustão	5.391	5.740
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e contingências	-	106
Impostos diferidos	(1.060)	(18.283)
Variações monetárias, juros e derivativos não realizados	25.034	43.592
Resultado na venda de ativos imobilizados	(85)	(60)
Equivalência patrimonial	1.755	(5.980)
	<u>42.420</u>	<u>50.480</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(27.761)	(14.356)
Estoques	(1.032)	357
Impostos a recuperar	4.803	5.719
Outras contas a receber	(7.725)	930
Fornecedores	263	(11.872)
Impostos e contribuições a recolher	1.152	(10.713)
Outras contas a pagar	929	3.507
	<u>13.049</u>	<u>24.052</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	13.049	24.052
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(1.408)	-
Aquisições de imobilizado	(11.614)	(7.385)
Aquisições de ativos biológicos	(8.722)	(4.421)
Aquisições de investimentos	-	(94)
Recebimentos de dividendos	1.832	2.192
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	92	166
	<u>(19.820)</u>	<u>(9.542)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(19.820)	(9.542)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(6.100)	(6.490)
Empréstimos tomados	75.164	127.609
Pagamentos de empréstimos	(108.570)	(147.744)
Liquidação de derivativos	(30.038)	-
Pagamentos de debêntures	(22.326)	-
	<u>(91.870)</u>	<u>(26.625)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(91.870)	(26.625)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(98.641)	(12.115)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	112.527	105.493
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>13.886</u>	<u>93.378</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Adami S/A. Madeiras é uma Companhia de capital fechado com sede na cidade de Caçador (SC), Rua Nereu Ramos, 196, Centro. Tem por objetivo social a industrialização e comercialização de madeiras e seus derivados; a fabricação e comercialização de embalagens em geral; a fabricação, beneficiamento e comercialização de papel e papelão; fabricação e comercialização de pasta mecânica e química de madeira; a agro-pecuária; o reflorestamento e florestamento; o comércio, importação, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados ou industrializados, a prestação de serviços de instalação de produtos de madeira em obras civis, e a participação em outras sociedades.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis intermediárias apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 11 de agosto de 2017.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de

políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 10 - Ativos biológicos e nota explicativa 14 - Imobilizado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação e são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando existe o direito legal ou a intenção de liquidar os valores em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos e passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem financiamentos, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e exista a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de eliminar riscos de determinadas exposições a risco de moeda.

c. *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

d. *Estoques*

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração

do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edificações	10 a 80 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 20 anos
Móveis, utensílios e instalações	10 a 20 anos
Veículos	3 a 15 anos
Bens adquiridos por <i>leasing</i>	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	10 a 20 anos
Outros ativos fixos	5 anos

Pela adoção do custo atribuído, assim como requerido pela interpretação técnica ICPC 10 e pelo CPC 27, a Companhia assumiu, em 1º de janeiro de 2009, a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado pela adoção do custo atribuído.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A madeira em pé é

transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

g. Redução ao valor recuperável - (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Receita operacional

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual

excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia está realizando uma avaliação dos impactos resultantes da aplicação das normas anteriormente mencionadas e não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias e não planeja adotar estas normas de forma antecipada

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Ativos financeiros não derivativos

O valor justo de contas a receber de clientes por representar valores que serão recebidos no curto prazo, está representado pelo valor contábil. Os mútuos com partes relacionadas são avaliados no momento inicial pelo valor contratual, o qual é equivalente ao valor presente. Sobre estes montantes não existem riscos de crédito.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

c. Ativos biológicos

Referem-se às florestas de pinus mantidas pela Companhia para atividade madeireira e produção de papel e embalagens de papelão ondulado, são mensuradas a custo histórico até o sexto ano, e valorizados a valor justo as florestas com ciclo maior que sete anos, pelo preço de mercado.

d. Instrumentos financeiros derivativos
Avaliado a valor justo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	1.284	6.108
Aplicações financeiras	<u>12.602</u>	<u>106.419</u>
	<u><u>13.886</u></u>	<u><u>112.527</u></u>

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6 Aplicações financeiras

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, e estão vinculados a garantia de contratos de financiamentos e fiança bancária.

7 Contas a receber de clientes

	30/06/2017	31/12/2016
No País	104.034	78.669
No Exterior	15.072	12.676
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.759)</u>	<u>(3.759)</u>
	<u><u>115.347</u></u>	<u><u>87.586</u></u>

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	30/06/2017	31/12/2016
A vencer	108.537	78.289
Vencidos há 30 dias	3.729	5.676
Vencidos de 31 a 60 dias	250	550
Vencidos de 61 a 90 dias	221	199
Vencidos de 91 a 180 dias	673	291
Vencidos há mais de 180 dias	<u>5.695</u>	<u>6.340</u>
	119.106	91.345
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.759)</u>	<u>(3.759)</u>
	<u><u>115.347</u></u>	<u><u>87.586</u></u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo inicial no início do período	3759	5.503
Adições	-	106
Baixas	-	(1.850)
	<u>3.759</u>	<u>(1.850)</u>
Saldo no final do período	<u>3.759</u>	<u>3.759</u>

As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica “despesas com vendas” na demonstração de resultado.

Garantias

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui o valor de R\$ 8.134 (R\$ 10.239 em 31 de dezembro de 2016) de duplicatas a receber de clientes dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

8 Estoques

	30/06/2017	31/12/2016
Matérias-primas e materiais auxiliares	24.935	25.293
Almoxarifado	20.213	20.183
Produtos acabados-madeira	2.058	1.567
Produtos acabados-embalagem	2.054	2.530
Produtos em elaboração	289	491
Adiantamentos a fornecedores	2.045	1.562
Outros	6.362	5.298
	<u>57.956</u>	<u>56.924</u>
	<u>57.956</u>	<u>56.924</u>

A Companhia realiza o acompanhamento do valor realizável dos estoques, levando em consideração a necessidade de provisão para perdas decorrente do menor valor entre o valor líquido de custo e o valor líquido realizável. Durante o ano de 2017, a Administração considerou não haver necessidade constituição de provisão para perdas com estoques.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía estoques dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

9 Impostos a recuperar

	30/06/2017	31/12/2016
ICMS à recuperar	7.714	5.287
IPI à recuperar (a)	27.131	35.519
IRPJ à recuperar (b)	17.380	16.550
CSLL à recuperar (b)	3.594	3.594
Outros impostos à recuperar	834	506
	<u>56.653</u>	<u>61.456</u>
	<u>56.653</u>	<u>61.456</u>
Circulante	32.325	39.595
Não Circulante	24.328	21.861

- (a) O saldo de IPI a recuperar refere-se principalmente a créditos decorrentes de um processo judicial de créditos de IPI incidentes na aquisição de matérias-primas, isentas, não tributadas ou sujeitas a alíquota zero, o qual teve seu trânsito em julgado em favor da Companhia. A Companhia estima compensar a totalidade do crédito até o exercício de 2018.
- (b) A Companhia apura o IRPJ e CSLL com base mensal por estimativa, e realizou o recolhimento a maior no período de 2016.

10 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria- prima na atividade madeireira, produção de portas e produção de papel e embalagens de papelão ondulado.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço da madeira, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

a. Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) São mantidas a custo histórico as florestas de pinus e eucalipto até o sexto ano de plantio, em decorrência do entendimento da administração de que durante esse período, o custo histórico melhor representa o valor justo desses ativos biológicos;
- (ii) As florestas, a partir do 7º ano de plantio, são valorizadas por seu valor justo, considerando o inventário florestal em cada data base, valorizado a preço de mercado da madeira em pé, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo; e
- (iii) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratarem-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo.

b. Movimentação dos ativos biológicos

Saldo em 31 de dezembro de 2015	218.797
Novas plantações	9.967
(-) Exaustão (a)	(27.090)
Ajuste ao valor justo (b)	<u>20.421</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	222.095
Novas plantações	4.543
Aquisições	4.179
(-) Exaustão	<u>(5.391)</u>
Saldo em 30 de junho de 2017	<u><u>225.426</u></u>
Circulante	29.909
Não circulante	195.517

- (a) Do valor total exaurido no exercício de 2016, o montante de R\$ 16.630, o qual líquido dos efeitos tributários corresponde a R\$ 10.976, refere-se a exaustão da parcela do ajuste de valor justo das florestas e foram realizados da reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.
- (b) Os valores de ajuste ao valor justo, líquidos dos efeitos tributários no exercício de 2016 resultaram em R\$ 13.477 foram contabilizados no resultado do exercício na rubrica custo dos produtos vendidos e foram transferidos para reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido. O ajuste a valor justo é registrado ao final de cada exercício societário conforme previsto no CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola.

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo.

O ativo biológico classificado no circulante corresponde a estimativa da administração para a extração de árvores nos próximos 12 meses.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, florestas no valor de R\$ 63.774 estão vinculadas a penhor agrícola registrada para garantir empréstimos bancários.

11 Depósitos judiciais e provisão para contingências

Depósitos judiciais	30/06/2017	31/12/2016
Tributários	5.819	4.786
Trabalhista	2.399	2.303
	<u>8.218</u>	<u>7.089</u>
Provisão para contingências	30/06/2016	31/12/2016
Trabalhista	1.296	1.296
Cíveis	967	967
	<u>2.263</u>	<u>2.263</u>

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos fiscais, tributários, trabalhistas e ambientais contra os quais foram interpostos recursos.

Contingências possíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões cíveis, tributárias e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui processos no montante total estimado de R\$ 19.116, cuja opinião dos consultores jurídicos é que o risco de perda é possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

12 Impostos de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/06/2017	31/12/2016
Ativo não circulante		
Provisão para contingências	769	769
Provisão para comissões	715	659
Provisão para <i>impairment</i> (nota explicativa 14)	3.354	3.354
Derivativos tributados na liquidação (nota explicativa 23.j)	-	9.333
Prejuízo fiscal e base negativa	10.473	-
Outras provisões temporárias	<u>1.874</u>	<u>2.014</u>
	<u>17.185</u>	<u>16.129</u>
Passivo não circulante		
Custo atribuído	(81.277)	(81.277)
Ativo biológico (nota explicativa 10)	(45.070)	(45.070)
Reavaliação do ativo imobilizado realizada antes da adoção custo atribuído	(9.881)	(10.091)
Derivativos tributados na liquidação (nota explicativa 23.j)	-	-
Outras receitas temporárias	<u>(1.662)</u>	<u>(1.456)</u>
	<u>(137.890)</u>	<u>(137.894)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	<u><u>(120.705)</u></u>	<u><u>(121.765)</u></u>

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos calculados são sobre adições temporárias, as quais serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucratividade fiscal futura.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida, por corresponderem a mesma entidade tributária e por poderem ser compensados entre si.

b. Demonstração do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2017	30/06/2016
Resultado antes dos impostos	(2.071)	14.083
Alíquota básica	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	704	(4.788)
(Adições) e exclusões permanentes		
Juros sobre capital próprio	1.094	4
Equivalência patrimonial	597	(2.033)
Outras	<u>(1.335)</u>	<u>4.344</u>
Receita (despesa) efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u>1.060</u>	<u>(2.473)</u>
Alíquota efetiva	(50%)	18%

13 Investimentos

	Passos Maia Energética S.A (a)	Cia Bom Sucesso de Eletricidade (b)	Outros	Total em 30 de junho de 2017	Total em 31 de dezembro de 2016
Valores das investidas	26.937	2.091	3.491	32.519	34.576
Patrimônio líquido	57.384	6.288	-	63.672	64.014
Resultado do período	(3.510)	(509)	-	14.918	
Participação no capital em %	50%	32,09%	-	-	-
Movimentação dos investimentos					
Saldos dos investimentos no início do período	28.692	2.091	3.793	34.576	33.852
Dividendos creditados/recebidos	-	-	-	-	(8.409)
Aquisições	-	-	-	-	1.419
Outros	-	-	(302)	(302)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.755)	-	-	(1.755)	7.714
Saldos dos investimentos no fim do exercício	<u>26.937</u>	<u>2.091</u>	<u>3.491</u>	<u>32.519</u>	<u>34.576</u>

- (a) A PCH - Passos Maia é um Pequena Central Hidrelétrica com capacidade de geração de energia de 25 MW. De acordo com o CPC 19 (R2), a Companhia classificou seu investimento em negócios em conjunto como empreendimentos controlados em conjunto e o mantém avaliado por equivalência patrimonial.
- (b) A Companhia possui participação de 32,09% na coligada Cia. Bom Sucesso de Eletricidade, sendo esta uma unidade geradora de energia e que fornece cerca de 30% de sua produção para a Adami S/A. - Madeiras. O restante da energia produzida é fornecida ao outro acionista controlador da Companhia coligada a qual não é consolidada.

14 Imobilizado

Movimentação do custo e depreciação

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Maquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Bens adquiridos por leasing	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	170.919	135.806	367.821	3.105	6.916	20.113	3.003	27.410	2.281	1.504	738.878
Adições	5.309	90	499	98	843	-	515	701	84	3.077	11.216
Baixas	-	(7)	(811)	(177)	(322)	(77)	(109)	(7)	-	-	(1.510)
Transferências	-	4.934	22.392	3	145	-	123	(24.379)	(73)	(3.145)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	176.228	140.823	389.901	3.029	7.582	20.036	3.532	3.725	2.292	1.436	748.584
Adições	802	16	5.680	69	54	-	232	2.607	54	2.100	11.614
Baixas	-	(10)	(984)	-	(34)	-	-	(130)	-	-	(1.158)
Transferências	-	33	4.129	-	-	-	8	(981)	(59)	(3.130)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>177.030</u>	<u>140.862</u>	<u>398.726</u>	<u>3.098</u>	<u>7.602</u>	<u>20.036</u>	<u>3.772</u>	<u>5.221</u>	<u>2.287</u>	<u>406</u>	<u>759.040</u>
Movimentação da depreciação											
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	25.628	220.246	1.928	4.325	12.607	2.027	195	-	-	266.956
Depreciação no exercício	-	4.379	26.671	206	1.141	2.430	393	120	-	-	35.340
Baixa	-	(44)	(732)	(149)	(199)	(77)	(131)	-	-	-	(1.332)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	29.963	246.185	1.985	5.267	14.960	2.289	315	-	-	300.964
Depreciação do período	-	1.768	8.800	99	540	1.156	220	72	-	-	12.655
Baixa	-	(9)	(978)	-	(34)	-	-	-	-	-	(1.021)
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>-</u>	<u>31.722</u>	<u>254.007</u>	<u>2.084</u>	<u>5.773</u>	<u>16.116</u>	<u>2.509</u>	<u>387</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>312.598</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2016	176.228	110.860	143.716	1.044	2.315	5.076	1.243	3.410	2.292	1.436	447.620
Saldos líquidos em 30 de junho de 2017	177.030	109.140	144.719	1.014	1.829	3.920	1.263	4.834	2.287	406	446.442

Garantias

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, propriedades no valor de R\$ 120.073 estão vinculadas a fiança registrada para garantir empréstimos bancários.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia possui o montante total de R\$ 9.865 de provisão para *impairment* de máquinas e equipamentos registrado em anos anteriores, cujo o uso está sendo avaliado pela Administração.

A Administração não identificou necessidade de complemento da provisão para *impairment* para o período apresentado.

15 Empréstimos e financiamentos

	Encargos em 30 de junho 2017	Moeda	30/06/2017	31/12/2016
Moeda nacional:				
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,5% a 16,83% a.a. ou 9,5% a.a. + cesta de moedas	R\$	10.467	12.619
Arrendamento mercantil	6% a.a. + CDI	R\$	145	548
Capital de giro	De 2,795% a 3,5% a.a. + CDI ou 5,9% a.a. + TJLP/CDI	R\$	<u>47.608</u>	<u>37.954</u>
Total moeda nacional			<u>58.220</u>	<u>51.121</u>
Moeda estrangeira:				
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 6,15% a.a.+ variação cambial	€\$	5.979	-
Arrendamento mercantil	7,63% a.a. + variação cambial	US\$	4.387	5.765
Capital de giro	7,25% a 7,5% a.a. + variação cambial	US\$	79.558	79.279
Pré-pagamento de exportação	7,83% a.a. + variação cambial ou 5,122% a 5,26% a.a. + libor + variação cambial	US\$	<u>154.330</u>	<u>184.671</u>
Total moeda estrangeira			<u>244.254</u>	<u>269.715</u>
Total de empréstimos e financiamentos			<u>302.474</u>	<u>320.836</u>
Circulante			126.508	75.976
Não circulante			175.966	244.860

Os empréstimos e financiamentos foram contratados objetivando o financiamento do capital de giro e a expansão do parque industrial. Como garantia dos financiamentos, foram cedidos em cessão fiduciária duplicatas e foram alienados fiduciariamente máquinas e equipamentos e uma propriedade.

Em 30 de junho de 2017, as parcelas do não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

2018	38.518
2019	80.684
2020	54.766
Após 2020	<u>1.998</u>
	<u>175.966</u>

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas que requerem o cumprimento de “*Debt Covenants*” os quais são medidos anualmente e foram integralmente atingidos em 2016.

16 Debêntures

Em 13 de fevereiro de 2015, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversível em ações, com esforços restritos de distribuição com vencimento final em 27 de março de 2020, a qual foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de fevereiro de 2015. Em 31 de julho de 2015 as debêntures foram convoladas para debentures simples da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, com vencimento final em 27 de março de 2020. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

- **Montante:** até R\$ 150.000.000,00 correspondentes a 15.000 debêntures;
- **Data:** (a) emissão: 13 de fevereiro de 2015 e (b) vencimento: 27 de março de 2020;
- **Amortização:** Em 17 parcelas iguais trimestrais, a partir do décimo segundo mês, contados da data de emissão;
- **Remuneração:** juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano; e
- **Pagamento da remuneração:** 20 parcelas trimestrais, com vencimento de junho de 2015 a março de 2020.

As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestralmente. sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e Ebitda igual ou menor que 3,0. Em 30 de junho 2017, uma das datas de medição estabelecida em contrato, a Companhia não apresentou o índice requerido de dívida líquida e Ebitda. Portanto, reclassificou as parcelas de longo prazo, no montante de R\$ 52.913, para o passivo circulante, conforme determinação dada pelo CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. A Administração realiza o acompanhamento recorrentemente dos índices e de acordo com seu orçamento e suas expectativas para o segundo semestre de 2017, acredita que os índices necessários serão atingidos para a data base de 31 de dezembro de 2017.

Durante o ano de 2015 os debenturistas subscreveram 12.850 debêntures equivalentes ao montante de R\$ 128.500. As debêntures remanescentes não foram subscritas pois o prazo para a subscrição se encerrou em setembro de 2015.

17 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pelos diretores e a remuneração paga pelos serviços em 30 de junho de 2017 foi de R\$ 3.632 (R\$ 3.334 em 30 de junho de 2016).

b. Transações e saldos

Em 30 de junho de 2017 a Companhia possui R\$ 6.195 (R\$ 650 em 31 de dezembro 2.016) de mútuo a receber de partes relacionadas, registradas em seu ativo não circulante. Este saldo está composto principalmente pelo valor a receber de R\$ 5.383 da controlada Chapecozinho Energética S/A que está em fase de constituição.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social subscrito e integralizado está representado por um total de 212.876 (212.876 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias sem valor nominal estão, assim dividido entre os acionistas em 2017:

	%
Vanira Tereza Gomes Adami	30,2539
Jose Adami Neto	19,2623
Victor Batista Adami Filho	17,4896
Diva Adami Telck	13,5800
Mauricio Roberto Adami Telck	7,4809
Mariane Aparecida Telck Adami de A. Pereira	4,5266
Marília Regina Abdalla Telck	4,5266
Maria Beatriz Adami Rotta	2,8801
	<hr/>
	100,00

b. Reserva de lucros

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

- **Retenção**

É destinada a aplicação em investimentos para expansão e ao reforço de capital de giro.

- **Reserva de lucros a realizar**

A reserva de lucros a realizar registra os efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquidos dos efeitos tributários, os quais ainda não foram realizados econômica e financeiramente. Quando da realização efetiva dos ativos biológicos através da exaustão, a parcela exaurida é transferida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 2017, a Companhia pagou aos seus acionistas juros sobre capital próprio no montante de R\$ 3.219, líquido do imposto de renda na fonte de R\$ 483, o qual foi calculado considerando o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores e considerando o limite de 50% dos lucros acumulados. O total de juros foi contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da Demonstração do Resultado para o Patrimônio Líquido, sendo apresentados nas destinações de resultados.

Em Assembleia realizada 28 de abril de 2017 foi deliberado a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 2.600 em contrapartida de saldo de reserva de lucros, os quais serão pagos em parcelas mensais durante o ano de 2017.

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao valor do custo atribuído adotado para determinados bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários registrados no passivo não circulante como imposto de renda e contribuição social diferidos.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial contra a conta de lucros acumulados é realizada quando da alienação ou depreciação dos bens a que se referem.

19 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	30/06/2017	30/06/2016
Venda de produtos e serviços	448.959	370.124
Deduções de vendas	<u>(61.429)</u>	<u>(58.966)</u>
Receita operacional líquida	<u>387.530</u>	<u>311.158</u>

20 Despesas por natureza

	30/06/2017	30/06/2016
Matéria prima e materiais de uso e consumo	207.674	129.677
Despesas com pessoal	56.585	55.160
Despesas com frete	20.193	21.298
Depreciações e amortizações	12.396	13.755
Exaustão	5.391	5.740
Suprimentos Industriais	12.054	11.715
Manutenção	9.491	12.677
Energia Elétrica	10.545	11.517
Despesas com comissões	4.815	5.327
Benefícios a empregados	3.511	3.826
Outras receitas e despesas	22.080	20.322
	364.735	291.014
 Classificação por função		
Custo dos produtos vendidos	305.739	231.229
Vendas	39.807	41.209
Administrativas	19.189	18.576
	364.735	291.014

21 Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2017	30/06/2016
Ganho líquido na alienação de bens	85	60
Créditos fiscais de IPI (nota explicativa 9.a)	-	15.670
Outras receitas	400	1.555
	485	17.285

22 Receitas financeiras e despesas financeiras

Receitas financeiras	30/06/2017	30/06/2016
Variações cambiais ativas	18.291	55.412
Juros de aplicações financeira	3.624	7.379
Variações monetárias ativas	363	737
Outras receitas financeiras	<u>32</u>	<u>93</u>
	<u>22.310</u>	<u>63.621</u>
Despesas financeiras		
Variações cambiais passivas	(22.237)	(21.893)
Juros	(20.038)	(26.083)
Variações monetárias passivas	(377)	(346)
Perdas com derivativos (nota explicativa 23.j)	(2.589)	(44.543)
Outras despesas financeiras	<u>(665)</u>	<u>(82)</u>
	<u>(45.906)</u>	<u>(92.947)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(23.596)</u>	<u>(29.326)</u>

23 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua transações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2017 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas.

(ii) Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em instituições consideradas de baixo risco. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

O valor contábil dos principais ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	13.886	112.527
Aplicações financeiras	40.984	39.576
Contas a receber de clientes	<u>115.347</u>	<u>87.586</u>
Total	<u>170.217</u>	<u>239.689</u>

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica. Também não possui risco de crédito por tipo de conta parte, pois os principais clientes não são representativos em relação ao total do contas a receber. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, são mantidos saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 30 de junho de 2017, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos.

e. Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos ambientais, e estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento desses requerimentos. A administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

f. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o ano. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

g. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de taxa de juros estavam assim representados:

Valor contábil	30/06/2017	31/12/2016
Instrumentos financeiros com taxa de juros pós-fixada		
Aplicações financeiras	53.586	145.995
Empréstimos e financiamentos	103.255	221.641
Debêntures	83.328	98.461

h. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, utilizadas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A exposição contábil da Companhia estava assim representada:

	30/06/2017	
	Moeda estrangeira (US\$ mil)	R\$
Ativo		
Contas a receber	4.557	15.072
Passivo		
Fornecedores	(176)	(581)
Empréstimos	(73.833)	(244.254)
Exposição líquida	(69.452)	(229.763)

i. Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa	13.886	13.886	112.527	112.527
Aplicações financeiras	40.984	40.984	39.576	39.576
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	115.347	115.347	87.586	87.586
Empréstimos, financiamentos e debêntures	385.802	385.802	419.297	419.297
Fornecedores	35.848	35.848	35.585	35.585
Instrumentos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	27.449	27.449

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

- **Contas a receber de clientes e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. Os saldos classificados em outras contas a receber que se referem ao valor justo de instrumentos financeiros derivativos não estão incluídos nesse valor.
- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas variáveis / pós fixadas que se equivalem às taxas de mercado.

j. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia operou com instrumentos financeiros derivativos (*Swap*) para *Hedge* de exposição de contrato de empréstimos em moeda estrangeira que resultaram em uma perda em 30 de junho de 2017 de R\$ 2.589 (perda de R\$ 44.543 no mesmo período de 2016) os quais foram registradas na rubrica de despesas financeiras (nota explicativa 22).

Em 30 de junho de 2017 não haviam operações de derivativos em aberto.